

ENTRE
VISTA DE
Quinta

‘Ribeirão Preto reflete um problema que é nacional’

Eduardo Cavalheiro, da Acordo Certo, fala sobre inadimplência e o novo Desenrola



Eduardo Cavalheiro atua como Head de Marketing na Consumidor Positivo/Acordo Certo

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

Ribeirão Preto tem um índice de inadimplência superior ao do Brasil. Plataformas de análise de crédito estimam de cerca de 51% da população da cidade possui dívidas em atraso.

A chegada de uma nova edição do Desenrola - programa do governo federal para o refinanciamento de dívidas - acende uma luz no fim do túnel das negociações, enquanto gera críticas sobre a falta de incentivos aos bons pagadores.

Ex-gerente de Marketing no Santander e ex-coordenador de marca na Serasa, Eduardo Cavalheiro - atual Head de Marketing das plataformas Consumidor Positivo/Acordo Certo - analisa o cenário local.

Jornal Ribeirão: Levantamento realizado pela Consumidor Positivo em parceria com a Equifax Boa Vista mostra que 50,8% dos CPFs de Ribeirão possuem dívidas atrasadas ou negativadas. O número está acima do índice nacional, que é de 47%. Quais fatores explicam esse cenário na cidade?

Eduardo Cavalheiro - O cenário de Ribeirão Preto reflete, de forma ainda mais intensa, um problema que é nacional. O endividamento das famílias brasileiras atingiu níveis recordes, hoje, 8 em cada 10 famílias têm alguma dívida, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Entre os principais fatores está a inflação persistente em categorias essenciais como alimentos, energia e transporte, que força famílias de menor renda a recorrer ao

crédito para fechar o mês. **Quando isso acontece, o custo elevado do crédito no Brasil, com spread bancário entre os mais altos do mundo, torna a saída da dívida extremamente difícil. O resultado é um ciclo que se retroalimenta e atinge de forma desproporcional quem ganha menos, entre as famílias com renda de até três salários mínimos, o índice de contas em atraso ultrapassa 38**

Com o desemprego em baixa e a renda em alta, a inadimplência explica os baixos índices de crescimento da economia

O crescimento econômico se dá por meio de diversas alavancas, e o consumo certamente é uma delas. Sem acesso ao crédito, as famílias tendem a consumir menos produtos de maior valor agregado e os bens duráveis, que quase sempre são adquiridos pelo crédito parcelado.

Portanto, a inadimplência se soma a outros fatores, como a alta dos juros e a perda de poder de compra, que juntos impactam diretamente a economia das famílias e o crescimento do país.

O governo acaba de anunciar a segunda edição do Desenrola, programa de renegociação de dívidas com instituições financeiras. Qual a sua avaliação sobre a iniciativa?

É uma ação de alto impacto no endividamento das famílias, porque oferece a quem está inadimplente condições que nem sempre estão disponíveis em uma renegociação direta com

instituições financeiras. Os descontos podem chegar a 90% sobre o valor original da dívida, os juros são de até 1,99% ao mês, e a possibilidade de estender o parcelamento em até 48 vezes permite que as pessoas assumam um acordo que caiba de fato no orçamento doméstico sem comprometer outras contas, aumentando a chance de o compromisso ser cumprido até o fim. **Iniciativas estruturadas para alcançar a base da população negativada têm grande impacto a curto e médio prazo no acesso ao crédito, que por sua vez impulsiona a economia via consumo.**

Pela plataforma, apenas dívidas com instituições financeiras podem ser renegociadas. Falta um programa parecido para o varejo e os prestadores de serviços?

O varejo já está inserido nesse contexto em boa medida, porque grande parte dele oferece crédito utilizando instituições financeiras como intermediárias. O programa priorizou, até o momento, os setores que concentram a maior parte das dívidas negativadas, aquelas que bloqueiam o acesso ao crédito. A expectativa é de que, nos próximos anos, ele possa ser mais abrangente, alcançando também os prestadores de serviços e o pequeno varejo.

Ainda há um desafio importante que é ampliar a faixa de idade das dívidas que podem ser negociadas. Atualmente, o limite é de até dois anos após o vencimento. No entanto, são justamente as dívidas mais antigas as mais difíceis de quitar, pois os juros e as taxas cobrados pelas securiti-

zadoras que adquirem essas carteiras dos bancos tornam os valores quase impagáveis.

Mais da metade dos endividados possui dívidas com cartão de crédito. Por que essa modalidade gera tanta inadimplência?

Boa parte das famílias brasileiras se habituou a utilizar o cartão de crédito como complemento de renda. Em momentos de maior comprometimento financeiro, como durante a pandemia, em que muitas pessoas perderam renda, o cartão passa a ser usado para compras no mercado, na farmácia e para manter os custos mais básicos do dia a dia. O problema é que o endividamento no cartão de crédito é um dos mais altos e dos mais difíceis de reverter, os juros do rotativo chegam a superar 400% ao ano no Brasil, o que transforma uma dívida pequena em um ciclo quase impossível de romper sem uma renegociação estruturada.

Muito se fala na implantação da educação financeira nas escolas como forma de reduzir a inadimplência nas futuras gerações. O senhor acredita nisso?

Sim. Mas a educação financeira precisa ser entendida como uma medida de apoio, e não como a solução definitiva para o endividamento. Garantir que um jovem faça desse aprendizado uma prática responsável ao longo da vida depende também do contexto familiar, de um processo educacional eficaz e consistente, e de um cenário macroeconômico que contribua para que ele consiga se inserir dignamente no mercado de trabalho. Sem essas condições, a educação financeira sozinha tem alcance limitado.

